

Os trabalhadores em tempos de coronéis: política e cultura associativa operária no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna) na década de 1920

The workers in Coronel's times: politic and working associative culture (Ilhéus e Itabuna) in the 1920's

Philippe Murillo Santana de Carvalho

Doutorando em história social - UFBA

Professor do Instituto Federal da Bahia – Campus Ilhéus

philipesantana@yahoo.com.br

Recebido : 27/10/2014

Aprovado: 22/12/2014

RESUMO: A década de 1920 foi um período fértil para o associativismo no sul da Bahia, especialmente nas suas duas maiores cidades – Ilhéus e Itabuna. Entre os trabalhadores, várias foram as categorias que inauguraram suas sociedades: estivadores, caixeiros, artistas e operários, apenas para citar os que tiveram maior projeção social neste contexto. Os grêmios possuíam características mutualistas, em que sócios pagavam a joia e as mensalidades para terem direitos como auxílio médico, assistência jurídica e pensões. No entanto, as associações mutualistas operárias extrapolaram os limites da beneficência e também assumiram posições frente à produção de leis sociais para os trabalhadores (jornada de 8 horas, férias, acidentes no trabalho, previdência, etc.) e buscaram brechas para participarem direta e indiretamente da excludente e oligárquica I República. O objetivo deste trabalho é estudar a formação da cultura associativa operária e sua relação com autoridades/intelectuais políticos ao final da Primeira República (década de 1920) no sul da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores, Política, Cultura associativa.

ABSTRACT: The 1920s was favorable for the formation of associations in southern Bahia, especially in Ilhéus and Itabuna. Among workers, there were several categories that opened their societies: stevedores, clerks, artists and workers, just to name those who had higher social projection in this context. The unions had mutual characteristics, in which members pay the tuition and the jewel to have rights like medical, legal aid and pension. However, the workers' mutual associations surpass the limits of beneficence and also took up positions opposite the production of social laws for workers (8-hour workday, holiday, accidents at work, social security, etc.) and sought loopholes to participate directly and indirectly the exclusionary and oligarchic I republic. The objective of this work is to study the formation of associative working culture and its relationship with authorities and intellectuals at the end of the I Republic (1920) in southern Bahia.

KEYWORDS: Workers, Politic, Associative culture

Itabuna não era mais a antiga Taboca, mas sim uma cidade que pelo seu desenvolvimento comercial, agrícola e industrial caminha na vanguarda do

progresso, e nós, os operários, não podíamos ficar sem acompanhar essa evolução [...] por isso, formamos esta sociedade.¹

Foi com estas palavras que Flaviano Domingues Moreira saudou a posse da primeira diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna (SMPAI) em 8 de fevereiro de 1920. A agremiação havia sido fundada em 1º de novembro de 1919 por 19 artistas da cidade, dentre os quais 7 pedreiros, 5 carpinteiros, 2 marceneiros, 2 ourives, 1 alfaiate, 1 funileiro e 1 tanoeiro. De acordo com os estatutos aprovados, os objetivos da entidade eram “o benefício, o socorro, a instrução moral e cívica, e o auxílio direto e indireto aos seus associados”.² Apesar do pouco tempo de fundada, é possível notar que o clima de festividade era embalado pela satisfação em colocar o operariado local no caminho da “vanguarda do progresso”. Noutra passagem deste documento, Moreira relatou que desde 1917 havia esforços para a criação de uma sociedade para os trabalhadores, cujo propósito indicasse o empenho do engrandecimento da classe. Não por acaso, a justificativa contida no regimento social também se reportava à importância de seus sócios acompanhar “a evolução social e ao grau elevado de aperfeiçoamento de todas as classes no presente século”.³

A posse da diretoria da SMPAI sinaliza mais do que o clima de festividade pelos avanços obtidos com a criação da agremiação. Ela é um indicativo do modo pelo qual a experiência do associativismo operário se processou no sul da Bahia. De acordo com Cláudio Batalha, “a organização de trabalhadores, fossem eles qualificados ou não, é um traço marcante do Brasil da Primeira República”.⁴ Na Bahia, a tradição associativa entre os de baixo advinha desde o século XIX, com a formação de sociedades protetoras que abrigavam pessoas de cor, livres e libertos, por meio do qual podiam contar com amparo social, oportunidade de estudos e refúgio contra a marginalização política. O historiador Aldrin Castellucci aponta que existia 165 associações de auxílio-mútuo espalhadas pelo estado, majoritariamente composta por artistas, conforme se verifica com a fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos em Salvador no ano de 1832.⁵ Segundo Lysie Reis, foi pela via das agremiações mutualistas que muitos negros transitaram do trabalho cativo para o livre, o que indica que mesmo antes do fim da escravidão, os de baixo traçavam estratégias de sobrevivência diante da insegurança estrutural do universo capitalista.⁶

¹ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 8/2/1920, f. 3.

²_____. *Estatutos da SMPAI*, 1920, p.1.

³_____. *Estatutos da SMPAI*, 1920, p.1.

⁴BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.173.

⁵CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p.40-44.

⁶REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturas dos artífices da Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2013, p.134.

Embora a presente pesquisa não tenha identificado laços diretos entre as agremiações soteropolitanas e a Sociedade Monte Pio de Itabuna, não é exagero pensar que a iniciativa dos artistas do sul da Bahia seja tributária de experiências de outras regiões e sujeitos do estado e do país.

É oportuno pensar que foi talvez em referência às práticas associativas acumuladas até a Primeira República que Moreira tenha aludido quando falou sobre acompanhar a “evolução” ou a “vanguarda do progresso”. Utilizando um vocabulário típico de sua época, ele justificou a criação de uma sociedade que representasse os interesses de seus membros e, ao mesmo tempo, indicasse a capacidade de organização do operariado local, notadamente àquela parcela que se orgulhava de seu ofício e de sua dedicação laboriosa. Abrigados sob sua cultura associativa, artistas de ofício qualificado se opunham ao restante da população empobrecida e miserável – vulgarmente vista pelas autoridades como “classes perigosas” – ao passo em que erguiam uma rede de sociabilidade capaz de lhes oferecer amparo social, bem como oportunidade de estudos para si e seus filhos em escolas noturnas; e práticas de lazer nas filarmônicas e nos passeios de recreação.⁷ No caso da Sociedade Monte Pio de Itabuna, seus diretores fundaram a Escola Manoel Vitorino em 1921 e a Filarmônica Euterpe Itabunense em 1925, dois serviços de forte atração social.

Todavia, em paralelo às práticas mutualistas, recreativas e filantrópicas da SMPAI, é apropriado dizer também que a cultura associativa operária se tornava uma força política emergente no cenário da I República. Agremiados em círculos de respeito, os consócios estiveram atentos às autoridades e aos partidos políticos das oligarquias baianas. Por isso é preciso entender melhor como estes sujeitos coletivos lidaram com as disputas oligárquicas na arena política republicana. Para Aldrin Castellucci, há necessidade de pesquisas que explorem as dimensões do comportamento operário em face das movimentações da I República, sobretudo por conta do envolvimento de sociedades proletárias com líderes e chefes das oligarquias estaduais e regionais.⁸ No mesmo sentido, tanto Luciano Guimarães como Robério Souza ao estudar associações operárias e as lutas sociais encampadas entre 1909 e 1921, destacaram a relação de políticos com trabalhadores e suas organizações, em que aproveitam as brechas das

⁷BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, vol. 12, n. 23/24, set. 1991/ago., 1992.

⁸ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004. Em sua dissertação, o historiador já destaca as “relações entre a classe operária e as elites políticas na Bahia” como um tema proeminente de investigação. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2008, p.265-266. Já no seu trabalho de Doutorado, o mesmo pesquisador analisou a formação e a atuação do Centro Operário da Bahia na I República, destacando a ligação de lideranças operárias com governadores da Bahia no início do século XX.

polarizações das classes dominantes para extrair vantagens.⁹ Estes estudos alertam para a importância de analisar de modo detalhado a experiência da Primeira República a partir da movimentação de atores individuais e coletivos na dinâmica de idas e vindas da política baiana, em que longe de ser uma massa cooptada, a classe trabalhadora desempenha um papel nas alianças com grupos que disputavam a hegemonia eleitoral.

No caso específico de Ilhéus e de Itabuna, o desenvolvimento do associativismo operário ocorria em paralelo às pretensões hegemônicas eleitorais de coronéis e chefes partidários em meio às movimentações políticas da Bahia no final da I República. Parte considerável da historiografia brasileira desconsiderou o potencial de participação direta e indireta de trabalhadores no sistema político oligárquico vigente especialmente entre 1889-1930, afirmando que o analfabetismo, o universo rural e o mando dos coronéis eram sintomas da fragilidade que impediam a atuação política e eleitoral dos de baixo. Assim, Victor Nunes Leal afirmou que “a pobreza do povo, especialmente a população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituíram sério obstáculo às intenções nobres”.¹⁰ Na Bahia, Wilson Lins salientou que os coronéis “brotados da burguesia comercial, tanto quanto os antigos senhores das sesmarias, exerciam um poder absoluto sobre suas comunidades”¹¹ e Gustavo Falcon narrava que o coronelismo era um “jogo efetivamente simples mesmo” em que de “1900 para cá, mandava na cidade [Ilhéus], o poderoso local, o coronelzão local”.¹² Para estes autores, não havia margem de atuação para os trabalhadores, especialmente aqueles que viviam nas pequenas cidades do interior, restando apenas a dependência e a submissão às autoridades políticas.

Neste artigo, pretende-se analisar o teor das relações de trabalhadores e suas agremiações nos limites da política oligárquica da década de 1920 em Ilhéus e Itabuna. O interesse é sondar em que medida operariado e lideranças partidárias estabeleciam alianças e acordos, de modo a verificar se a prática dos coronéis estava fechada para qualquer interesse e participação dos de baixo no mundo da política da I República. Aliás, nesta perspectiva, Maria Isaura de Queirós (contemporânea acadêmica de Leal e de Lins) nos dá pistas sobre as barganhas e redes de favores estabelecidas na política de reciprocidades entre chefes e trabalhadores, em que mesmo o voto (sendo apenas uma das formas de participação política) não era “inconsciente, muito pelo

⁹ Cf. GUIMARÃES, Luciano de M. *Ideias perniciosas do anarquismo na Bahia*. Lutas e organizações dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2012, p.42-43; e SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre*: trabalhadores e conflito no pós-abolição. Salvador: EDUFBA, 2011, p.145-147.

¹⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1975, p.258.

¹¹ LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In: LINS, Wilson (org.). *Coronéis & Oligarquias*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Ianamá, 1988, p.12.

¹² FALCON, Gustavo. Coronelismo de fronteira. In: LINS, Wilson (org.). *Coronéis & Oligarquias...*, p.65.

contrário, resulta do raciocínio do eleitor e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence [...] não se trata de uma imposição pura e simples do coronel, trata-se de uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício”.¹³ Além do voto, cabe averiguar como outras ações promovidas por trabalhadores e agremiações se encaixavam nesta política excludente, mas provavelmente nem tão intransponível como foi desenhada por parte da historiografia.

Os trabalhadores e o direito à organização: a criação do sindicato dos estivadores em Ilhéus

Durante os anos 1920, o sul da Bahia presenciou um desenvolvimento significativo do associativismo em paralelo à consolidação da economia cacaueteira e da florescência do mundo urbano em Ilhéus e Itabuna. As classes dominantes estavam representadas em sociedades patronais, tais como as associações comerciais e sociedades de agricultores, que pautavam os interesses econômicos junto ao Estado; e os tradicionais partidos políticos das oligarquias, por onde legitimavam a hegemonia política. Entre os operários, algumas tentativas mais tímidas aconteceram ainda na década de 1910, com a Sociedade União das Classes e a Sociedade Beneficente Centro Operário, ambas situadas em Ilhéus e Itabuna. Mas foi na década de 1920 que os grêmios proletários tiveram mais consistência, aglutinando categorias importantes como estivadores, caixeiros, operários e artistas (nestes dois últimos encaixamos profissionais de ofícios variados, a exemplo de ferroviários, pedreiros, alfaiates, marceneiros, etc.). Merecem destaques a fundação da Sociedade União dos Estivadores de Ilhéus (SUOEI) em 1919; da Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (AECI) em 1920; e da Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus (SUPAOI) em 1922, sobretudo por terem ganhado expressão ao longo da década de 1920.

De acordo com o historiador Antonio Guerreiro de Freitas, “quase todos estavam preocupados em atingir um nível de organização – associações, grêmios, sindicatos, etc. – que mostrasse a representatividade e a força de casa grupo” no sul da Bahia.¹⁴ No caso especial dos trabalhadores, as razões para ascensão de uma cultura associativa se explicavam também como uma forma de sobrevivência e de buscar garantias que protegessem o operariado da insegurança

¹³QUEIRÓZ, Maria Isaura de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976, p.168.

¹⁴FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p.129.

estrutural do capitalismo.¹⁵ Por isso, boa parte das entidades assumia a feição mutualista, cujo principal objetivo era o auxílio mútuo entre associados visando o pagamento de pensões e aposentadorias em caso de invalidez e morte, assistência médica e farmacêutica, proteção jurídica em caso de perseguição. A sociedade dos estivadores, por exemplo, previa que os sócios em dia com os compromissos da entidade poderia receber auxílio financeiro para tratar de doença com custos médicos e farmacêuticos.¹⁶

No entanto, a estrutura mutualista das sociedades operárias não se fechava apenas na beneficência para seus associados. Em muitos casos, elas também incorporavam funções recreativas ao criar bandas musicais e promover atividades lúdicas, bem como características reivindicativas no que tange aos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, Alexandre Fortes chama atenção para o fato de beneficência, solidariedade e conflito moral serem elementos que se combinavam na maior parte das agremiações.¹⁷ Em Ilhéus, várias campanhas por leis sociais foram promovidas, chamando atenção para a jornada de trabalho de 8 horas, a lei de férias e a lei de Caixas de Aposentadorias e Pensões. Outro ponto muito importante é que as agremiações se tornavam também espaço de negociação entre capital e trabalho, atuando como mediador das negociações e reivindicações em períodos de acirramento das lutas de classe.¹⁸

Não era apenas das questões econômicas e sociais que tratavam as agremiações proletárias de Ilhéus. Gradualmente, elas também passaram a ser espaços importantes de atuação política para lideranças das oligarquias. Os estivadores, por exemplo, após terem criado a sucursal do seu sindicato em Ilhéus tiveram embates com as companhias de navegação. Em 1919, A Lloyd Brasileiro e a Bahiana resolveram boicotar os estivadores que se filiassem à SUOEI, dando trabalho apenas para aqueles que estavam avulsos. As querelas entre os trabalhadores e os patrões das empresas de navegação provocaram até a suspeita de que entre a categoria houvesse militantes comunistas em função das paralisações ocorridas.¹⁹ Mas tudo indica que a presença comunista fosse mais imaginação ou uma forma de depreciação e denúncia da entidade do que realidade, pois o próprio Manoel Paixão desmentiu a “calúnia estampada nas colunas de um intrigante vespertino”.²⁰

¹⁵SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In. BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p.33.

¹⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, ?/9/1919, p.1. Obs. Documento danificado na datação.

¹⁷ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.264-265.

¹⁸LUCA, Tania Regina de. *O Sonho do Futuro Assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p.91-92.

¹⁹CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006, p.566.

²⁰CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 27/11/1919, p.2.

O surgimento da sociedade dos estivadores foi marcada por tensões entre os associados e as autoridades das companhias, ficando inclusive registrado na memória dos moradores mais antigos, como Sá Barreto. Em entrevista, ele se recordou de que na “fundação do sindicato dos estivadores diziam os antigos que houve uma reação de certos armadores da Lloyd Brasileiro, da Costeira” para impedir a iniciativa, e que até “a polícia queria proibir a reunião deles”.²¹ O provável é que para garantir a fundação de sua entidade, os estivadores paralisaram as atividades para chamar atenção das autoridades.

Em função disso, houve agitação entre os estivadores. Para buscar a solução, foi realizado um banquete com a presença de várias autoridades políticas, as quais se propunham a intermediar o diálogo entre as companhias de navegação e os trabalhadores. Neste encontro, estavam presentes Lauro Villas-Boas, deputado federal que possuía ligação com os estivadores do Rio e de Salvador em 1920; o coronel Antônio Pessoa, chefe do PRD de Ilhéus, Abdias de Menezes Santos, delegado da União dos estivadores carioca, Bernadino Procópio da Silva e Abelardo Costa Pereira, respectivamente 1º fiscal e representante do secretário da sucursal local. Pelos estivadores, falou o advogado Oscar de Andrade para demonstrar a gratidão da categoria por conta do intermédio nas questões de litígio com as Companhias de Navegação.

Oscar de Andrade enfatizou o procedimento cordial dos estivadores e propôs uma negociação para defender as ideias e os interesses da categoria. Em seu discurso, disse que:

os estivadores a s. ex. garantiam continuar a proceder, como sempre procederam, defendendo os seus ideais, dentro da lei e dos princípios, sem ódios e prevenções, apoiando as individualidades dignas e prestigiando, em toda a linha, as autoridades constituídas da República. Os estivadores estavam certos de poderem, neste propósito, defender suas ideias e interesses, porque, afinal, a consciência pública, posta ao seu lado, envolveria, num abraço de luz e justiça as que, sem razão, os tomavam por anarquistas e rebeldes.²²

A finalidade do discurso do advogado dos estivadores de Ilhéus era descolar as ações de enfrentamento da Sociedade da imagem de “anarquistas” e “rebeldes”. Em sua fala, reforçou uma identidade de trabalhadores que lutavam por seus direitos dentro dos limites da ordem e respeitando as autoridades constituídas. Embora não esteja expresso, é bem provável que tenha sido destacada a postura pacífica e conciliatória da categoria, buscando sempre o apoio da população em geral para reivindicar seus pleitos. Se rechaçaram o envolvimento com doutrinas subversivas, a categoria se demonstrava disposta a lutar pela manutenção de sua agremiação e a defender sua causa, contando, se possível, com o apoio das autoridades. Convém lembrar que o ano de 1919 foi marcado por várias mobilizações operárias e greves na Bahia, o que pode ter

²¹ FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Sá Barreto: testemunhos para a história*. Ilhéus: Editus, 2001, p.113-114.

²² CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1919, p.2.

provocado as denúncias sobre a atuação de militantes anarquistas na estiva ilheense. Em paralelo, talvez os patrões das empresas de navegação estranhassem ver que estivadores tivessem a iniciativa de criar uma sociedade em Ilhéus, especialmente por se tratar de um contingente majoritariamente de cor, composto quiçá por ex-escravos ou seus descendentes, como aventa Ronaldo Cruz.²³

De todo modo, embora o trecho acima tenha sido produzido pelo defensor da Sociedade União dos Estivadores, os mesmos argumentos estavam presentes na nota que o diretor Manoel da Paixão publicou dias antes na imprensa. Ambos fortalecem a ideia de isenção da categoria com ideologias de esquerda, o que oferecia legitimidade para procurarem as autoridades no sentido de intervirem na defesa das ideias e dos interesses dos trabalhadores. No entanto, isso não tira o caráter de reivindicação e de confronto dos estivadores, nem muito menos nega que os estivadores tenham entrado em greve para garantir a fundação da SUOEI. De todo modo, os embates com as companhias de navegação mereceram a atenção e a intervenção das principais lideranças políticas da cidade e do universo da estiva. Foi nesse sentido que Lauro Vilas-Boas também tomou a palavra para tratar do caráter relevante das reivindicações e da postura dos estivadores. Em seu discurso, destacou que eles

Não queriam mais do que o reconhecimento dos seus direitos, impondo-se ao mundo, não como uma massa anarquista e dissolvente, mas como uma força construtiva e regeneradora; disse que os seus constituintes, longe de serem elementos de desordem, cooperavam com o governo da República, para que as ideias subversivas não encontrassem entre nós, no Brasil grandioso, aquela repercussão que se fez em outros países, tomados de terror e completamente anarquizados.²⁴

A fala de Villas-Boas reitera o comprometimento dos estivadores de lutarem pelos seus direitos. Talvez o deputado federal tivesse experiência para abordar a trajetória de enfrentamentos travados pelos estivadores para obter vantagens e benefícios, haja vista que ele era também advogado da União dos Estivadores do Rio de Janeiro em 1919 e, provavelmente, tenha participado das greves que agitaram a capital federal entre 1917 e 1920 às quais se refere Ângela de Castro Gomes.²⁵ E, pelo visto, o caso dos estivadores ilheenses estava em condição semelhante, já que as principais reivindicações eram de que as companhias empregassem os sócios da União Operária dos Estivadores de Ilhéus e parassem a perseguição contra suas lideranças.

²³ Cf. CRUZ, Ronaldo Lima. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1990*. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em História, 2012, 107p.

²⁴ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1919. p. 2.

²⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, p.113.

Outra questão importante é a presença de autoridades políticas no mundo do trabalho. Esse fato sugere que para além de uma “questão de polícia”, as relações de trabalho também foram uma “questão de política” paternalista já na Primeira República, durante a qual lideranças parlamentares e intendentes buscavam se aproximar da classe trabalhadora organizada para angariar apoios eleitorais e fiscalizar o trânsito de ideologias de esquerda.²⁶ Infelizmente, conseguimos poucas informações sobre o deputado Lauro Villas-Boas, e mesmo sua presença entre os estivadores de Ilhéus não parece ter se repetido nos anos 1920 e 1930. Contudo, era um indício de que se aproximar do proletariado era uma tarefa a ser cumprida pelos agentes políticos. Tanto é assim que o próprio Villas-Boas, além de agradecer as homenagens recebidas, sugeriu que os estivadores se aproximassem do Cel. Antônio Pessoa,

[...] colocando-se à sua sombra de homem útil e dos mais prestigiosos do estado, político cujo ideal se consubstanciava no programa de ordem e de progresso, de confraternização e de amor, que era a bandeira incorruptível do grande estadista, dr. J. J. Seabra.²⁷

Aproveitando a oportunidade, o cel. Pessoa discursou para os operários da estiva e disse:

[...] que toda a sua vida era um atestado do seu amor pelos humildes. Fora abolicionista convencido e não se humilhava, quando tinha entre as suas mãos de um escravo. Como seria possível que agora, quando de amor mais experiência lhe trouxeram, conhecendo os homens e as coisas, haveria de recusar a homens livres e honrados, como os estivadores, o seu humilde, mas sincero concurso? Com a lei e com a justiça estaria ao lado do desprotegido da sorte, que eram, não somente os estivadores de Ilhéus, mas os operários em geral.²⁸

As palavras buscavam cativar a simpatia dos estivadores que haviam criado sua associação há pouco tempo, sobretudo recuperando a suposta tradição paternalista do Cel. Pessoa desde as campanhas abolicionistas. Sabe-se que apesar disso, Pessoa possuía escravos e teve atuação tímida no fim do cativeiro em Ilhéus.²⁹ Contudo, interessava bastante se aproximar das agremiações de trabalhadores livres para estabelecer elos de deferência e de reciprocidade com as

²⁶ Sobre o debate acerca do aforisma “a questão social ser um caso de polícia” na Primeira República, conferir: FRENCH, John D.. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006. French discute sobre a origem do referido aforisma no contexto da implementação do ministério do trabalho e da legislação social no primeiro governo Vargas. De acordo com ele, os getulistas utilizaram indiscriminadamente este slogan para depreciar o modo pelo qual os governantes da Primeira República lidavam com as questões trabalhistas, especialmente em relação a Washington Luís. Em paralelo, legitimavam as ações políticas do governo provisório pós-1930 e afirmavam o suposto compromisso e a pretensa colaboração de Vargas com os benefícios aos trabalhadores. O vigor da cultura política do trabalhismo foi tão eficaz que mesmo os historiadores e os sociólogos consumiram o slogan de que na Primeira República “a questão social era um caso de polícia”. Hoje, porém, sabe-se que nem só de repressão aos trabalhadores se fazia a política da República Pré-1930 e nem Vargas e seus agentes abriam mão da força coercitiva para perseguir e punir parte do operariado que não se enquadravam nos limites da ordem estabelecida pela “legislação trabalhista mais avançada do mundo”, p.379-409.

²⁷ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1919, p.2.

²⁸ _____. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1919, p.2.

²⁹ CRUZ, Ronaldo L. *Conflitos e tensões...*

classes trabalhadoras, não apenas pela necessidade de submeter subalternos à dinâmica do trabalho, mas também por contar com uma base de apoio popular dentro de uma sociedade que aglutinava uma categoria proeminente entre proletariado urbano.

Marcelo Mac Cord assinala que era interessante para os governantes incensar as organizações proletárias desde metade do século XIX, aproximando-se delas e tornando-as exemplos de disciplina, de ordem, e de morigeração para uma crescente mão de obra livre e pobre que se amontoava por cortiços e ruas das cidades.³⁰ Certamente, esta também era uma das preocupações das lideranças políticas do sul da Bahia. Mas, além da questão de como as autoridades lidavam com os trabalhadores no mundo do pós-abolição, sublinhamos também a notoriedade que a Sociedade União Operária dos Estivadores de Ilhéus ganhou das lideranças políticas já no seu primeiro ano de fundação. Três décadas após a abolição, as primeiras organizações operárias mais sólidas do sul da Bahia começaram a aparecer.

Como assinala Leonardo Pereira e Maria Cecília Velasco e Cruz, os estivadores talvez tenham optado por formas costumeiras de enfrentar os conflitos e os desacordos com os patrões, buscando o intermédio de autoridades que advogassem a justiça de suas reivindicações.³¹ Esta é uma prática que, aliás, pode estar ligada aos modos com que negros escravizados lutaram contra sua dominação, quando procuravam alternativas de conquistar a liberdade por meio do diálogo e da negociação com seus senhores, prática que se mostrara repleta de êxito em alguns casos. Da parte dos trabalhadores do porto de Ilhéus, procuravam desemaranhar cuidadosamente os fios da dominação, calcular de que modo podiam contar com o apoio de membro das classes dominantes e lutar pelo direito à associação. Por sinal, o grêmio dos estivadores deu uma demonstração do que podia fazer em seu primeiro ano de existência, pois ao enfrentar a resistência das companhias de navegação, os trabalhadores saíram-se vitoriosos, afinal, seu sindicato não só foi mantido, como se tornou uma das principais referências agremiativas do sul da Bahia.

Na arena das oligarquias: trabalhadores e política na década de 1920

As agremiações proletárias do sul da Bahia não chegaram a formar partidos políticos, tal como aconteceu em Salvador, salvo exceção do efêmero Partido Operário da Bahia no final do

³⁰MACCORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p.37.

³¹Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso M. *As barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002, p.88; CRUZ, Maria Cecília V. *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro-Ásia*, n.24, 2000, p.243-290.

século XIX.³² Mesmo assim, algumas delas permitiam o envolvimento com a política. Este era o caso da União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus. Seus estatutos aventavam a possibilidade de participar das eleições, “seja por intermédio de seus membros, concorrer ao pleito, ou apresentando algum candidato, artista ou operários, com a necessária habilitação para representá-la, no Município, no Congresso do Estado, ou da União”. Outra possibilidade era “patrocinar politicamente a causa de qualquer outro candidato, que haja prestado serviços à sociedade”.³³ Esse ponto interessava bastante os diversos parlamentares e líderes partidários do sul da Bahia e motivava seu trânsito no associativismo laboral.

Em Ilhéus, dois parlamentares se destacaram por sua influência nos círculos operários: João Mangabeira e Ramiro Berbert de Castro. Mangabeira se tornou um político influente a partir de 1905, quando passou a integrar o partido da facção liderada por Domingos Adami de Sá e se tornou prefeito de Ilhéus em 1908. Em paralelo, também se tornou deputado federal, estreitando laços com lideranças do porte de Rui Barbosa durante a campanha civilista e opondo-se a hegemonia seabrista entre 1912 e 1924. As ascensões de Arthur Bernardes à presidência da República e de Góes Calmon lhe projetaram ao posto de líder da bancada baiana no Congresso Nacional e, no plano regional, lhe garantiu uma aliança surpreendente com o cel. Antônio Pessoa em 1924, sob os auspícios da Concentração Republicana da Bahia.³⁴ Entre as classes trabalhadoras, sua expressão estava mais consolidada entre os empregados no comércio.

Nas frequentes visitas que fazia a Ilhéus, João Mangabeira costumava ser convidado por entidades para receber homenagens. Em 1º de abril de 1925, a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus promoveu uma sessão solene em homenagem ao “benemérito” e “operoso representante” da região na câmara federal. Na oportunidade, o parlamentar elogiou o desenvolvimento da agremiação após percorrer as dependências da sede social e agradeceu os elogios recebidos dos “moços do comércio”, numa referência ao tom paternalista e cordial que buscava manter com os caixeiros.³⁵

O prestígio de João Mangabeira junto aos empregados no comércio era tão significativo que em alguns momentos ele foi chamado para mediar os conflitos internos que ocorreram na associação durante as eleições para a diretoria em 1926. Foram dirigidas críticas ao grupo liderado

³² Cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e máquina política nas eleições da Primeira República...*

³³ CASTRO, Ramiro Berbert de. *Conferências*. [s.l] [se], 1930, p.48.

³⁴ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquia, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p.181. Para outras informações sobre a história política da Bahia neste período, recorrer a SAMPAIO, Consuelo N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1999; SARMENTO, Sílvia N. *A Raposa e a Águia*: J.J. Seabra e Ruy Barbosa na política baiana da Primeira República. 143f. Dissertação (Departamento de História) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2009, 135p.

³⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 2/4/1925, p.1.

por Abílio Guedes do Rosário e por Dario Passos, acusados de representar os patrões dentro da sociedade e de terem burlado o pleito eleitoral para o biênio 1926-1927. As disputas intestinas pela direção da AECI colocou em xeque sua existência, pois se a cizânia permanecesse, o frágil associativismo poderia não resistir. Diante da cisão, uma das alternativas encontradas foi procurar o parlamentar numa de suas visitas à Ilhéus e propor-lhe que intercedesse nas discórdias. Mangabeira então realizou uma reunião, propondo que a última eleição fosse anulada e um novo pleito fosse realizado. Para evitar novos problemas, o deputado ameaçou se retirar do caso se os caixeiros não aceitassem a sugestão de conciliação.³⁶

As trocas de simpatias entre João Mangabeira e a AECI não eram simples relações de cordialidade gratuita. Por meio dessa relação, procedia-se uma relação de reciprocidade entre ambas as partes, que reforçava os laços de clientelismo e paternalismo típicos da I República. O sinal mais evidente era a concessão de subvenções federais para as agremiações. Em 1925, por exemplo, os empregados no comércio garantiram um recurso orçamentário proveniente da União no valor de cinco contos de réis. Com este recurso, a associação poderia manter o funcionamento de sua sede social e de escola profissional, frequentadas por consócios e seus filhos.³⁷ Como demonstração de gratidão, os diretores promoveram a colocação do retrato do parlamentar durante as comemorações de seu quinto aniversário de existência.³⁸

Todavia, a maior demonstração de gratidão era esperada durante as eleições federais. Em todos os períodos eleitorais, os principais candidatos do Partido Republicano da Bahia retornavam aos seus redutos para assegurar os votos e acompanhar o desenrolar das urnas. Em 1927, mesmo tendo sido candidato único ao parlamento pelo sul da Bahia, Mangabeira não abriu mão de comparecer ao seu principal círculo de atuação entre os trabalhadores. Recebido no cais do porto em 11 de fevereiro de 1927 pelos diretores da Associação dos empregados no comércio, o candidato à reeleição parlamentar pelo PRB foi convidado para mais uma sessão solene na sede da entidade. Durante a reunião, os oradores destacaram as características de “tribuno das causas operárias” e atuação na defesa dos “mais humildes e das classes laboriosas”. Certamente, aquele foi um palanque notório para as promessas de João Mangabeira que, ao final, ressaltou no seu discurso o empenho de trabalhar em favor do “progresso daquela útil associação”.³⁹

De prática muito parecida se utilizou também o deputado Ramiro Berbert de Castro. Formado em medicina em Belo Horizonte em 1919, ele exerceu muito pouco a profissão no interior de Minas Gerais. Aproximou-se da política durante as eleições presidenciais de 1919,

³⁶ IGHB. *Pequeno Jornal*, 13/3/1926, p.2.

³⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 28/7/1925, p.1.

³⁸ _____. *Correio de Ilhéus*, 1º/8/1925, p.2.

³⁹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 11/2/1927, p.1; 18/2/1927, p.1.

quando deu demonstrações de apoio a Rui Barbosa por meio de telegrama.⁴⁰ Em Ilhéus, sua família pertencia ao grupo dos “novos-ricos”, filho do famoso coronel Ramiro Idelfonso de Araújo Castro.⁴¹ Lançou-se candidato à Assembleia Legislativa baiana em 1920, onde teve atuação discreta até mesmo sob a ótica dos jornais do partido de situação. Em março de 1924, candidatou-se a deputado federal pela Concentração Republicana e no mês seguinte, tomou posse no congresso nacional. Portanto, dentre os nomes políticos que atuavam no sul da Bahia, Ramiro Berbert de Castro talvez fosse o de menor experiência e o que tivesse menos expressão com as sociedades de Ilhéus.⁴² Por isso, adotar as causas da principal agremiação proletária da cidade representava uma ação significativa na sua escalada política e seu espaço de influência foi a União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus.

Em 1925, Ramiro Berbert de Castro apresentou projeto no Congresso Nacional para tornar a União Protetora uma sociedade de utilidade pública. Havia três anos que os artistas e operários lutavam para construir sua sede social, buscando apoio junto ao Conselho Municipal de Ilhéus e doações de particulares. Por isso, a iniciativa do parlamentar foi comemorada por Antônio Soares da Cunha Júnior, pois a declaração de utilidade pública poderia garantir a remessa de recursos financeiros no orçamento da união.⁴³ As expectativas foram consumadas quando a notícia de que o valor de dez contos de reis havia sido destinado para a agremiação.⁴⁴

Depois de obtida a subvenção para a União Protetora, o primeiro encontro do operariado com Ramiro Berbert de Castro aconteceu apenas no ano seguinte, em março de 1926, quando o parlamentar visitou Ilhéus. Desde sua chegada, diversas solenidades de homenagem ao líder político foram realizadas, as quais contaram com as presenças de outros chefes locais e representantes de entidades, tais como o cel. Antônio Pessoa e o deputado estadual Epaminondas Berbert de Castro, diretores da Associação Comercial e da Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus. No entanto, o destaque da imprensa foi para a “Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus, de cujas aspirações o deputado Berbert se constitui dedicado patrono no Parlamento da República”, cuja nota informou ter comparecido “encorpada, com o respectivo estandarte a frente”.⁴⁵

⁴⁰ FCRB. *Telegrama para Rui Barbosa*, 10/4/1919; 13/4/1919.

⁴¹ Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauêira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiais*. Ilhéus: Editus, 2007.

⁴² BRITO, Raymundo de Souza. *O livro de Ilhéus: colaboração do Município para o progresso geral do Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tipografia Licoln, 1923, p.65; CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, 2012, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 14/4/2014.

⁴³ IGHB. *Diário do Povo*, 17/6/1925, p.1-2.

⁴⁴ _____. *Diário do Povo*, 16/7/1925, p.1.

⁴⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 2/3/1926, p.1.

A recepção no porto de Ilhéus foi apenas uma parte do que estava previsto pelos operários, pois a principal atividade na agenda de Ramiro Berbert de Castro com a União Protetora foi uma sessão solene organizada pelos seus diretores, momento em que os consócios agradeceriam pela atuação do parlamentar em prol de sua sociedade. O *Correio de Ilhéus*, periódico da situação, dizia que “S. Exa., defensor impretérito e decidido das classes humildes e trabalhadoras” não poderia “deixar de ir sentir de perto as palpitações esplêndidas dos nobres sentimentos dos operários de Ilhéus, por cuja causa tem se batido, com acendrado amor e grande galhardia, naquela casa do Congresso Nacional”. Ainda de acordo o jornal, aproveitando a presença de mais de 500 pessoas, “na maioria sócios daquela corporação”.⁴⁶

Ramiro Berbert de Castro e União Protetora se encontraram novamente em março de 1929, quando o parlamentar fez nova visita à Ilhéus. Meses antes, ainda em 1928, o deputado havia sido homenageado com o título de sócio benemérito pelos artistas e operários, pelo qual se demonstrou muito grato através de telegrama.⁴⁷ No entanto, foi somente no ano seguinte que compareceu a sede social e pode receber as homenagens dos diretores da sociedade. Na solenidade, o médico e orador oficial J. Baptista Soares Lopes frisou “os serviços prestados àquela sociedade pelo recepcionado, que é um dos seus maiores beneméritos”. Em resposta, o deputado falou de sua emoção em face da “demonstração de estima, que ele sabia que era sincera” e, em seguida, falou da importância de se criar uma caixa escolar para manutenção das aulas ofertadas pela instituição, colocando-se a disposição para intermediar juntos aos poderes competentes auxílios destinados àquele fim.⁴⁸

Uma análise aligeirada sobre as relações de trocas de deferência entre trabalhadores e lideranças política poderia confirmar as teses do enfraquecimento ou da dependência que a classe trabalhadora possuía em relação aos chefes e governantes, e aceitar de forma prematura a incapacidade e a subserviência dos de baixo diante dos coronéis, tal como narra Victor Nunes Leal e Raimundo Faoro, por exemplos.⁴⁹ No entanto, as relações de troca de simpatias de ambos os lados indicam a capacidade do operariado em consumir o clientelismo como parte de uma economia de favores pautada numa reciprocidade mútua com as classes dominantes. Ao homenagear as autoridades, tal como no paternalismo problematizado por Thompson,⁵⁰ os trabalhadores atavam as classes dominantes com compromissos com grêmios, escolas,

⁴⁶ _____ . *Correio de Ilhéus*, 6/3/1926, p.1.

⁴⁷ _____ . *Correio de Ilhéus*, 19/5/1928, p.2.

⁴⁸ BPEB. *Diário da Tarde*, 7/3/1929, p.1.

⁴⁹Cf. LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto...*; e FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1978.

⁵⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.78.

filarmônicas e outras formas de associativismo. O consumo das práticas políticas das oligarquias (clientelismo e personalismo) não implicava em grandes alterações sociais e muito menos em ato de rebeldia, mas possibilitava que os “fracos”⁵¹ atuassem dentro do que era possível na I República para alcançar certas pautas sociais: manutenção e ampliação de seus círculos institucionais no sul da Bahia.

Importa dizer que o coronelismo continuava sendo uma prática política marcada pelo mandonismo, pelo uso da violência e pelas fraudes, conforme é possível verificar em história de diversas partes do país. Contudo, o que pretendemos é mostrar que não devemos levar ao limite a ideia de poder absoluto dos coronéis e das oligarquias, de modo a pensar que não havia margem de atuação para as bases da pirâmide social. Nesse sentido, podemos notar que a questão social na Primeira República pode ser vista pelas diversas formas de atuação e de apropriação do jogo político pelos de baixo, especialmente às categorias operárias que se organizavam em associações. Tal como coronéis, parlamentares e chefes souberam utilizar os mecanismos de dominação para manutenção da hegemonia política de seus partidos, os trabalhadores também não estavam alheios e desprovidos de se apropriar de instrumentos em proveito de seus interesses. Cabe ressaltar que esta atuação do associativismo operário no plano político oligárquico se dava em condições de desigualdade em relação ao poder que as classes dominantes detinham, capaz de mantê-los em seus cargos e benefícios na República brasileira. No entanto, importa reconhecer a forma pela qual os trabalhadores aproveitavam as brechas do sistema político e das divergências entre as facções oligárquicas para encaminhar suas demandas mais imediatas, as quais, aliás, eram fundamentais para a própria sobrevivência de suas estruturas organizacionais. Seria ingenuidade pensar que a cultura associativa dos operários estivesse à parte das práticas costumeiras da República brasileira.

Lutas contra a exploração

Não era apenas no campo da política institucional que a cultura associativa operária se relacionava com as lideranças oligárquicas de Ilhéus. A partir de 1925, campanhas e paralisações foram realizadas com o objetivo de lutar contra a exploração e pela aplicação das leis sociais que foram implantadas ao final da I República. Uma das pautas mais discutidas era a questão da jornada de trabalho de 8 horas entre os artistas e operários, além da regulamentação do horário de funcionamento do comércio entre 1927 e 1928. Mas foi também nesse período que a maior

⁵¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.94. Aqui sou influenciado pelas considerações de Certeau sobre a capacidade dos “fracos” em subverter a partir de dentro e usar as práticas e as leis que lhes eram impostas em benefício próprio. Nesse sentido, entender que os trabalhadores de Ilhéus utilizaram do jogo político oligárquico e empregaram em sua cultura associativa as vantagens que poderiam ser auferidas, apesar da desigualdade de forças em relação aos adversários.

greve de ferroviários da Bahia também teve forte repercussão no sul da Bahia, o que mobilizou diversos setores da sociedade em defesa dos interesses dos trabalhadores da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista em maio de 1927. Outra demanda igualmente abordada foi a campanha contra a demissão arbitrária de empregados de estabelecimentos comerciais em 1929. Em todas estas mobilizações, os operários buscaram apoio entre personagens políticos para respaldar e intermediar seus interesses.

Um bom exemplo disso foi a aplicação da Lei Eloy Chaves, que regulamentava o funcionamento das Caixas de Pensões e Aposentadorias entre ferroviários. Apesar do governo publicar as normativas sobre a referida lei em 1923, pairava muitas dúvidas sobre como os empregados da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista seria enquadrados pela nova legislação, especialmente aqueles que possuíam tempo de serviço de longas datas. De acordo com José Correia Queirós, havia informações de consultores jurídicos da empresa que afirmavam que só poderiam gozar das vantagens, era necessário que tivesse “mais de 10 anos na mesma estrada”. Por isso, ele resolveu escrever para o deputado Wanderley Pinho para que este solicitasse junto ao Conselho Nacional do Trabalho, uma resposta sobre tal questão. Intermediado pelo parlamentar, o CNT enviou resposta dizendo que a lei se aplicava a qualquer trabalhador das ferrovias, o que “causou grande contentamento aos empregados desta Estrada, visto que os funcionários aqui têm serviços prestados em outras estradas e viviam descontentes com a ideia de não gozarem de todos os direitos da lei 4.862”.⁵²

Não era incomum que os trabalhadores buscassem as autoridades para intermediar suas relações de conflito com o capital. Em primeiro lugar, isso demonstra conhecimento por parte do operariado da criação de leis sociais que lhes garantiam direitos e que lhes dava a opção de argumentar em favor de melhores condições de vida. Finalmente, a política institucional se tornava um campo de pressão para a aplicabilidade da legislação sobre o trabalho. É claro que autoridades políticas tiravam vantagem com esta situação, garantindo aproximação com as classes laboriosas, mas isso não quer dizer submissão e passividade, e sim, capacidade de influenciar lideranças partidárias para as causas dos de baixo. Situação parecida com esta ocorreu na greve dos ferroviários de 1927.

A paralisação da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista aconteceu na manhã de 23 de maio de 1927, com a chegada de grevistas de outras estradas da Bahia. A Este Brasileiro, por exemplo, já estava em parede desde o início do mês. A pauta da categoria pedia um aumento de 30% nos ordenados à superintendência da empresa, a incorporação das gratificações e a garantia de que

⁵² IHGB. *Carta de José Correia Queirós ao deputado Wanderley Pinho*, 14/7/1925, p.1.

todos os empregos seriam preservados após a greve. Uma das medidas tomadas foi o envio de telegramas para os deputados João Mangabeira, Ramiro Berbert de Castro, José Wanderley Pinho, Vital Soares e Salomão Dantas, em que diziam que “após reiterados pedidos de aumento de salários junto a Companhia sem resultado, declararam-se desde o dia 23 andante em greve pacífica abandonando o serviço”. Complementaram afirmando que “grevistas aguardam confiantes providências da bancada baiana em seu benefício”. Outro telegrama de teor semelhante foi encaminhado ao Conselho Nacional do Trabalho, em que apelavam “aos poderes constituídos” para solução dos conflitos.⁵³

A greve dos ferroviários contou com a simpatia da imprensa, inclusive do partido do governo liderado por cel. Antônio Pessoa. O *Correio de Ilhéus* citou a larga propaganda da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista sobre sua arrecadação nos anos anteriores em contraposição aos salários reduzidos da categoria. Em sua edição de 26 de maio de 1927, dizia que “Temos apreciado com a maior serenidade de ânimo, o movimento paredista dos ferroviários que, pedindo o apoio do povo, prometem ‘não capitularão’, coesos como se acham na defesa dos seus sagrados interesses”. Outras notícias tiveram também um tom patriótico, procurando justificar as reivindicações do trabalhador brasileiro perante “uma empresa que era inglesa e gerenciada por ingleses”. Dizia que

[...] não deve causar estranheza, portanto, aos ingleses [...] a atitude dos nossos patrícios, defendendo uma causa justa e nobre, advogando os interesses da família, contra a ganância de seus patrões, que precisa atender o quanto antes, aos reclames razoáveis dos empregados.⁵⁴

O desfecho da parede dos ferroviários aconteceu na tarde de 28 de maio de 1927 durante assembleia realizada na Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna. No meio da sessão, um telegrama foi enviado de Ilhéus pelo prefeito Mário Pessoa comunicando que a Estrada de Ferro havia se comprometido a aceitar a pauta dos trabalhadores. Vários oradores falaram, mas uma das falas que mereceram registro em ata foi a de Eustáquio Bispo dizendo que “num atrito entre brasileiros e ingleses, venceu, felizmente, o pavilhão auri-verde, venceram os brasileiros”, erguendo “vivas aos ferroviários em nome dos tipógrafos”.⁵⁵ O sentimento patriótico que embalou o apoio de alguns setores das classes dominantes pode ser explicado pela insatisfação com o capital estrangeiro na região e pelas queixas frequentes contra os serviços da estrada de ferro controlada por ingleses. Independente disso, contando com o apoio atípico das classes conservadoras, os ferroviários conseguiram conquistar a vitória naquela greve, o que demonstra a agência dos de baixo em atuar nas brechas das diferenças entre as classes dominantes.

⁵³ IGHB. *Pequeno Jornal*, 23/5/1927: 1-2; 25/5/1927, p.1-2.

⁵⁴APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 23/5/1927, p.1; 26/5/1927, p.1.

⁵⁵ASMPAI. *Livro de Álbum Social da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna*, 28/5/1927, f.59.

Situação semelhante ocorreu também com os caixeiros de Ilhéus. Em 1928, a Associação dos Empregados no Comércio fez uma campanha para a implantação da Semana Inglesa em Ilhéus. Os caixeiros defendiam que as lojas e os bancos fechassem suas portas até às 18 horas de segunda a sexta, e aos sábados, ao meio-dia. A primeira experiência com este horário de funcionamento do comércio ocorreu no carnaval, quando em acordo com as casas de exportação de cacau, o diretor Nelson Schaun informou que o expediente só funcionaria até às 12 horas de sábado, só reabrindo as portas na quarta-feira de cinzas. Em nota publicada pela imprensa, Schaun ainda apelou para “os nobres e elevados sentimentos dos distintos comerciantes da praça”, que deveriam imitar “os povos civilizados, notadamente os povos da velha Europa, [que] têm reconhecido os direitos democráticos das classes trabalhistas, instituindo a chamada Semana Inglesa”.⁵⁶

Durante o carnaval, os estabelecimentos comerciais parecem ter cumprido o acordo de obedecer a Semana Inglesa. No entanto, com o desenrolar dos meses, várias foram as queixas de patrões que não obedeceram o novo horário regular de trabalho. Pela imprensa, queixas eram publicadas contra os negociantes. Em março de 1928, os comerciantes Lotfalh Diab e Emílio Chauí foram denunciados de maltratar seus empregados e imporem jornadas de serviço para além do tempo regulamentar. Havia informações que a Associação dos Empregados possuía declarações sobre a exploração de seus funcionários para que, no momento oportuno, “ser movida uma ação judiciária”.⁵⁷ No mês de junho, novas reclamações foram registradas contra proprietários de casas comerciais, registrando a abertura aos sábados para além do meio dia. Falava-se também da falta de regulamento oficial para o horário do comércio, pois o Código de Posturas não se posicionava quanto ao ponto. É provável que a partir daí, a AECI a partir da atuação de Nelson Schaun tenham tomado a iniciativa de buscar os poderes constituídos para criar uma legislação específica.⁵⁸

O ápice da luta pela implantação da Semana Inglesa comandada pela agremiação dos caixeiros ocorreu em outubro, mês em que também se comemora o dia da categoria. Em sessão realizada em 9 de outubro, a diretoria foi renovada e um dos pontos discutidos foi o envio de um ofício para o Conselho Municipal solicitando a implantação da Semana Inglesa no comércio ilheense. A comissão responsável por representar a associação foi composta pelos diretores Abílio Guedes do Rosário, João Pires de Carvalho e Nelson Schaun.⁵⁹ Deve-se chamar à atenção para este último, que além de presidente da AECI, também ocupava o posto de oficial contínuo

⁵⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 18/2/1928, p.2.

⁵⁷ IGHB. *Pequeno Jornal*, 30/3/1928, p.2.

⁵⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 3/6/1928, p.1.

⁵⁹ _____. *Correio de Ilhéus*, 11/10/1928, p.1.

do poder legislativo municipal. Outro ponto importante era sua vinculação com o Partido Republicano da Bahia e o cel. Antonio Pessoa, que, por sinal, era o presidente do Conselho. Este era o caso em que a liderança caixeiral estava ligada umbilicalmente aos partidos oligárquicos da cidade.

Em 10 de outubro, o Conselho Municipal de Ilhéus recebeu a solicitação da Associação dos Empregados no Comércio e teceu considerações sobre a justiça do pleito. As informações do *Correio de Ilhéus*, periódico pertencente ao partido da situação, dão conta de que o cel. Antônio Pessoa teria defendido a causa dos caixeiros. Em suas palavras, destacavam “o nome do senador Antônio Pessoa, presidente do Conselho, que assumiu digna e louvável atitude em favor da sorte dos empregados, patrocinando, eficazmente a lei em questão”. O jornal ainda frisou que a medida possuía um “grande alcance de utilidade para os laboriosos empregados, que sofrem o horror de quase quinze horas de trabalho, por dia, enquanto todas as classes trabalham oito e dez horas, apenas, diariamente”.⁶⁰ Infelizmente, não temos a ata do Conselho Municipal para sondar a discussão da lei e a postura do cel. Pessoa. No entanto, o ato de extrair alguma vantagem como patrono da causa dos caixeiros indica o esforço de autoridade em se apropriar politicamente das demandas populares. Outro elemento é a verificação de que mais uma vez os trabalhadores buscaram os poderes constituídos para pressionar a sociedade política em função de seus interesses.

Convém dizer também que a relação entre o coronel Antônio Pessoa e Nelson Schaun contribuiu sintomaticamente para o proveito político da autoridade. Não por acaso, durante as solenidades em referência ao dia do caixeiro, o nome do velho senador e presidente do Conselho Municipal foi citado como patrono das causas dos caixeiros. Em declaração de agradecimento, a AECI rendeu homenagens aos edis municipais, destacando “com justiça, o nome do Exmo. Sr. Senador Antônio Pessoa [...] porque foi S. Exa. o elemento imediato dessa obra inestimável”.⁶¹ Analisar de que forma as lutas contra a exploração e por direitos enveredaram também por negociações com autoridades é fundamental para se entender a complexidade das relações entre política e cidadania da I República Brasileira.

Os trabalhadores em tempos de coronelismo

Neste artigo apresentamos o desenvolvimento da cultura associativa operária no sul da Bahia na década de 1920. Nesse contexto, artistas, operários, estivadores, caixeiros, dentre outras categorias não abordadas aqui, concentraram esforços no sentido de fundarem seus grêmios com

⁶⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 11/10/1928, p.1.

⁶¹ _____. *Correio de Ilhéus*, 16/10/1928, p.2.

o objetivo geral de lhes garantir amparo e solidariedade entre seus sócios. Tratava-se de uma parcela dos trabalhadores que detinham condições sociais e econômicas melhores do que o universo de pobres e de miseráveis que frequentavam as ruas da cidade e eram reprimidos pela polícia e pela fiscalização pública. No entanto, a consolidação do associativismo não deixou de ser uma tarefa complexa e cheia de obstáculos para estas categorias. Os primeiros anos após a fundação eram sempre muito frágeis, pois sempre havia o perigo de desaparecer por falta de engajamento e de auxílio financeiro de seus sócios. Portanto a persistência por si só era um fator de conquista para os sócios das sociedades operárias.

Na medida em que conseguiram se estabilizar administrativamente e passaram a mobilizar contingentes importantes de operários, estas agremiações emergiam como espaços relevantes para a política e a sociedade de Ilhéus. Abrigados nestas agremiações, os trabalhadores adquiriam notabilidade e respeito das autoridades, especialmente por arregimentar indivíduos das camadas populares. Para lideranças partidárias, era o lugar em que se podiam tecer laços de cordialidade e política de reciprocidade. Estas movimentações se tornam essenciais para compreender as práticas políticas hegemônicas das oligarquias baianas em tempos de coronelismo. Raymond Williams explica que a hegemonia é exercida sempre em oposição a pressões de forças emergentes e residuais não incorporados pelo exercício da dominação.⁶² Nesse sentido, as classes dominantes buscam de algum modo constituir aproximações e estabelecer negociações para atrair forças antagônicas. Mas isso não se faz sem tensão e sem conflito, nem tampouco, sem levar em consideração as formas de representação elaboradas pelos de baixo para interpor seus interesses.

Da parte dos coronéis, deputados e patrões, era preciso tolerar e manter relações de reciprocidade com associações que aglutinavam um ator coletivo em emergência – o operariado – e que se identificavam com valores muitas vezes combinados com a cultura hegemônica. Não por acaso, algumas destas agremiações ostentavam em seus emblemas os valores de “Deus”, “Pátria”, “Trabalho”, “Ordem”. Empenhando tais princípios dentro dos padrões de progresso e de civismo, artistas, caixeiros e estivadores criavam barreiras para que a política de repressão policial que servia aos outros subalternos – às classes perigosas e miseráveis, na cabeça das classes dominantes. Além da tolerância dos poderosos, gradualmente a cultura associativa operária se tornava uma força de pressão da qual os membros da oligarquia não prescindiam do apoio, ainda que muitas vezes simbólico. Nesse sentido, apropriando-se da interpretação de Nobeit Elias para a sociedade de corte da nobreza europeia, podemos pensar o sistema coronelista não apenas do ponto de vista da onipotência e do absolutismo de coronéis, de intendentes e lideranças

⁶²WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979, p.111-113.

partidárias.⁶³ Antes de estudar o “chefão poderoso”, como fizeram vários historiadores, importa assinalar como os de cima estavam inscritos numa rede de pressão social que tinha por protagonistas o conjunto de operários.

Sem romper com os laços de dominação, os trabalhadores conseguiram fazer do associativismo um instrumento de defesa dos interesses de suas diversas categorias. Por dentro da vontade senhorial, barganhavam o suficiente para preservarem suas associações, abrirem escolas, fundarem filarmônicas e, de algum modo, participarem da política oligárquica. Infelizmente, até a década de 1930, não alcançaram autonomia política para enfrentar seus algozes em igualdade de condição, mas foram capazes de encetar diálogos e comprometer os chefes políticos com demandas populares, noutras palavras, ao menos perseguiram seus objetivos dentro do que era possível.⁶⁴ Em paralelo, devemos salientar que o coronelismo ainda funcionava com demonstrações de autoritarismo e de violência, especialmente sobre os mais miseráveis. Há vários casos estudados nesse sentido. Todavia, é pertinente dizer que foi também uma prática de poder exercida por uma atitude mais diplomática e permissiva no que concerne às liberdades e aos direitos de setores organizados da classe trabalhadora que demonstravam crescente perspicácia e astúcia para escolher quem apoiar e quem votar nos jogos de dominação do final da I República. Em termos de hipóteses, sugerimos que esta tradição associativa foi uma experiência acumulada para que nas décadas vindouras os trabalhadores associados soubessem tirar proveitos próprios, apesar das adversidades políticas e sociais noutras fases republicanas do Brasil.

⁶³Cf. ELIAS, Nobert. *A sociedade de cortes: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

⁶⁴CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p.82-83.